

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
-----------------	----

## 1ª PARTE

### PREMISSAS DO ESTUDO

#### Capítulo 1

O FENÔMENO JURÍDICO À LUZ DA “TEORIA DO FATO JURÍDICO” .....	27
--	----

1.1. Perspectiva Normativa .....	27
1.2. Dogmática jurídica (= ciência do direito <i>stricto sensu</i> ) e teoria Geral do Direito .....	29
1.3. Conceitos Jurídicos Fundamentais.....	31
1.3.1. Mundo, mundo fático (= mundo não jurídico) e mundo jurídico .....	32
1.3.2. Norma jurídica: um designativo, dois conceitos (“norma jurídica constitutiva” e “norma jurídica prescritiva”).....	33
1.3.3. Suporte fático abstrato e suporte fático concreto .....	40
1.3.4. Preceito abstrato e preceito concreto .....	43
1.3.5. Fato jurídico e efeito jurídico .....	45
1.4. Planos do mundo jurídico: existência, validade e eficácia.....	50

#### Capítulo 2

OS DOIS NÍVEIS LINGUÍSTICOS BÁSICOS DO DISCURSO JURÍDICO: LINGUAGEM DO DIREITO POSITIVO E LINGUAGEM DA CIÊNCIA DO DIREITO .....	55
---	----

2.1. Hierarquia de linguagens.....	56
2.2. Funções da linguagem.....	57
2.3. Tipos de linguagem.....	59

**Capítulo 3**

<b>PALAVRAS, CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....</b>	<b>63</b>
3.1. As palavras.....	63
3.2. Os conceitos.....	65
3.2.1. Conceitos lógico-jurídicos (= conceitos jurídicos fundamentais) e conceitos jurídico-positivos .....	66
3.2.1.1. A coisa julgada é um conceito lógico-jurídico ou jurídico-positivo?.....	69
3.3. As definições.....	71
3.3.1. Disputas meramente verbais e acordos meramente verbais...	73
3.3.2. Definições legais e definições científicas.....	74

**2ª PARTE****A COISA JULGADA****Capítulo 4**

<b>OS CONCEITOS DE COISA JULGADA .....</b>	<b>79</b>
4.1. Os conceitos de coisa julgada na doutrina e primeiras críticas .....	80
4.1.1. Entre Hellwig, Liebman e Barbosa Moreira .....	83
4.1.1.1. Análise das divergências.....	84
4.2. A assunção de um posicionamento quanto à coisa julgada .....	90
4.2.1. Teorias material e processual da coisa julgada. Natureza material e/ou processual das normas jurídicas pertinentes ao instituto .....	93
4.2.1.1. A inserção do entendimento da coisa julgada vista como uma situação jurídica no grupo das “teorias processuais” .....	94
4.2.1.2. A natureza material e/ou processual das normas jurídicas pertinentes ao instituto da coisa julgada ....	98
4.3. A coisa julgada formal e a coisa julgada material na doutrina .....	102
4.3.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material na concepção da coisa julgada como um dos efeitos da sentença, ou sua eficácia específica .....	104

4.3.2.	Coisa julgada formal e coisa julgada material na concepção da coisa julgada como qualidade do conteúdo e dos efeitos da sentença.....	105
4.3.3.	Coisa julgada formal e coisa julgada material na concepção da coisa julgada como uma situação jurídica.....	107
4.3.3.1.	Coisa julgada formal e coisa julgada material na concepção de Luiz Eduardo Ribeiro Mourão .....	109
4.4.	Os conceitos jurídico-positivos de coisa julgada úteis à compreensão da coisa julgada no CPC/15 .....	111
4.4.1.	As definições legais dos conceitos de coisa julgada.....	111
4.4.2.	Os usos da palavra “coisa julgada” no CPC/15 .....	113
4.4.3.	A coisa julgada-fato jurídico e a coisa julgada-efeito jurídico.....	120
4.4.4.	A coisa julgada formal, a coisa julgada material e algumas confusões terminológicas envolvendo os termos “autoridade” e “preclusão” .....	124
4.4.4.1.	Por que discordamos das concepções pré-Liebman e de Liebman da coisa julgada formal e da coisa julgada material .....	128
4.4.4.2.	Aproximando-nos das concepções de Barbosa Moreira e de Mourão sobre coisa julgada formal e coisa julgada material.....	128
4.4.4.3.	Coisa julgada e autoridade de coisa julgada.....	130
4.4.4.4.	Preclusão e coisa julgada formal.....	131
4.4.4.4.1.	Preclusão .....	131
4.4.4.4.2.	“Coisa julgada formal” e “preclusão máxima” .....	137
4.4.4.5.	Justifica-se a manutenção de um conceito doutrinário de coisa julgada formal? .....	140
4.4.5.	A coisa julgada relativa à decisão de questões prejudiciais incidentais.....	143
4.4.6.	Proposta conceitual e escolhas terminológicas.....	146
4.4.7.	Do limitado alcance dos conceitos jurídico-positivos de coisa julgada estabelecidos .....	150
4.5.	A proteção constitucional da coisa julgada (CRFB/88, art. 5º, XXXVI) .....	155
4.5.1.	O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada .....	162

4.5.1.1.	Aproximação entre os conceitos de coisa julgada, direito adquirido e ato jurídico perfeito .....	164
4.5.1.2.	Definição e distinção entre os conceitos de coisa julgada, direito adquirido e ato jurídico perfeito .....	165
4.5.1.3.	Articulação entre os conceitos de coisa julgada, de direito adquirido e de ato jurídico perfeito.....	168

## Capítulo 5

<b>O MOMENTO DE FORMAÇÃO DA COISA JULGADA (= O TRÂNSITO EM JULGADO).....</b>	<b>169</b>
5.1. Momento Processual.....	175
5.2. Um Pronunciamento Decisório.....	176
5.2.1. O trânsito em julgado não é referível ao processo, e sim ao pronunciamento decisório ou a seus capítulos.....	178
5.2.2. O trânsito em julgado nunca se relaciona a mais de um pronunciamento decisório.....	179
5.2.3. “Pronunciamento decisório” é a denominação de um gênero....	180
5.3. Ao menos um dos seus capítulos.....	181
5.3.1. O que denotamos com o termo “capítulo” ao empregá-lo na definição de trânsito em julgado (= a que capítulos refere-se ali a palavra “capítulo”).....	184
5.3.2. Pronunciamentos decisórios incindíveis.....	185
5.3.3. Pronunciamentos decisórios cindíveis em capítulos.....	185
5.3.3.1. Capítulos subordinantes e capítulos subordinados...	186
5.3.4. Capítulos.....	188
5.4. Tornam-se não mais sujeitos a modificações no mesmo processo ....	190
5.4.1. O trânsito em julgado das decisões não recorridas.....	197
5.4.1.1. Legitimidade para recorrer.....	197
5.4.1.2. Renúncia ao direito de recorrer.....	198
5.4.1.3. Preclusão do direito de recorrer.....	199
5.4.2. O trânsito em julgado das decisões impugnadas por recursos admitidos.....	201
5.4.3. O trânsito em julgado das decisões impugnadas por recursos inadmitidos.....	203

5.4.3.1. Direito de se recorrer de determinada decisão e procedimento recursal.....	204
5.4.3.2. Da validade prima facie dos atos processuais.....	207
5.4.3.3. O juízo de inadmissibilidade como um juízo de natureza desconstitutiva sobre a validade do procedimento.....	209
5.4.3.4. Por que discordamos do entendimento segundo o qual o juízo de inadmissibilidade teria natureza declaratória.....	211
5.4.3.5. O juízo de inadmissibilidade como um juízo com efeitos, via de regra, não retroativos.....	213
5.4.3.6. A possibilidade excepcional de os efeitos do juízo de inadmissibilidade retroagirem.....	215

## Capítulo 6

<b>SUPORTES FÁTICOS DA COISA JULGADA (= OS TIPOS DE FATOS JURÍDICOS QUE PRODUZEM O EFEITO JURÍDICO COISA JULGADA) .....</b>	<b>221</b>
6.1. “Questão principal”, “resolução do mérito” e “pedido” .....	222
6.1.1. “Questão” .....	222
6.1.1.1. Questões principais.....	224
6.1.1.2. Coisa julgada e questões principais expressamente decididas.....	230
6.1.2. “Resolução do mérito”.....	231
6.1.2.1. Resolução do mérito, decisão do mérito, apreciação do mérito, solução do mérito, conhecimento do mérito e exame do mérito.....	234
6.1.2.2. Resolução do mérito e julgamento do mérito .....	235
6.1.3. “Pedido”.....	240
6.1.3.1. Pedido, demanda e processo.....	241
6.1.3.2. Pedido de tutela definitiva e pedido de tutela provisória.....	243
6.1.3.3. Pedido de tutela provisória e requerimento de tutela provisória.....	244
6.2. Da coisa julgada sobre questões principais .....	245

6.2.1.	Da decisão que acolhe ou rejeita, no todo ou em parte, um pedido (art. 487 c/c art. 490) .....	245
6.2.1.1.	“Ação” .....	246
6.2.1.2.	“Ação” no art. 487, I, do CPC/15 e “reconvenção” ....	248
6.2.2.	Da decisão que versa sobre a ocorrência de decadência ou prescrição (CPC/15, art. 487, II).....	251
6.2.2.1.	Semelhanças entre a prescrição e a decadência.....	252
6.2.2.2.	Diferenças entre a prescrição e a decadência.....	253
6.2.3.	Da decisão que homologa ou que rejeita a homologação da autocomposição (CPC/15, art. 487, III).....	254
6.2.3.1.	Autocomposição e heterocomposição .....	254
6.2.3.2.	Espécies de autocomposição .....	254
6.2.3.3.	Decisão homologatória da autocomposição.....	255
6.2.3.4.	Decisão que rejeita a homologação da autocomposição.....	256
6.2.4.	Da decisão que versa sobre outras questões principais (i.e. juros legais, correção monetária ou verbas de sucumbência).....	259
6.2.5.	Coisa julgada e jurisdição voluntária .....	259
6.2.6.	Coisa julgada e ação monitória .....	262
6.2.6.1.	Da natureza decisória do pronunciamento judicial que defere a expedição do mandado monitório (CPC/15, art. 701, <i>caput</i> ) .....	263
6.2.6.2.	O pronunciamento judicial que defere a expedição do mandado monitório é decisão fundada em cognição sumária.....	266
6.2.6.2.1.	Cognição plena ou parcial e exauriente ou sumária .....	267
6.2.6.2.2.	Processos com limitações à cognição e decisões de cognição limitada.....	268
6.2.6.3.	Coisa julgada e o deferimento da expedição do mandado monitório não embargado.....	271
6.2.6.4.	Coisa julgada e o deferimento da expedição do mandado monitório objeto de embargos rejeitados ...	272
6.2.6.5.	Coisa julgada e o deferimento da expedição do mandado monitório objeto de embargos acolhidos....	274

6.2.6.6. Da relação entre coisa julgada e cognição exauriente .....	276
6.2.7. Coisa julgada e o procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente .....	279
6.2.7.1. O direito à cautela e o direito acautelado. Coisa julgada relativa ao direito à cautela.....	281
6.3. Da coisa julgada sobre questões processuais.....	285
6.3.1. Classificação dos pronunciamentos decisórios e capítulos que compõem a categoria “decisão sem resolução do mérito” .....	288
6.3.1.1. Extinção do processo sem resolução do mérito, no todo ou em parte .....	289
6.3.2. Decisões sem resolução do mérito e o art. 486 do CPC/15....	290
6.3.2.1. A impossibilidade da propositura de nova ação diante das espécies de decisões sem resolução do mérito.....	293
6.3.3. Decisão sem resolução do mérito e a coisa julgada-fato jurídico.....	294
6.3.4. Decisão sem resolução do mérito e a coisa julgada-efeito jurídico .....	296
6.3.5. Síntese conclusiva .....	298
6.4. Da coisa julgada sobre questões prejudiciais incidentais .....	299
6.4.1. Questão prejudicial incidental .....	301
6.4.2. Regime jurídico comum e regime jurídico diferenciado de formação da coisa julgada.....	302
6.4.3. Impossibilidade da formação de coisa julgada a partir da solução dada a questões prejudiciais incidentais consistentes na existência, na inexistência ou no modo de ser de fatos, excetuada a autenticidade ou falsidade de documento....	303
6.4.4. Requisitos do regime jurídico diferenciado de formação da coisa julgada previstos no art. 503, §§ 1º e 2º, do CPC/15 .....	305
6.4.4.1. Decisão expressa sobre a questão prejudicial incidental.....	306
6.4.4.2. Questão prejudicial incidental de cuja solução tenha dependido o sentido em que resolvido o mérito.....	306

6.4.4.2.1.	A questão deve apresentar-se como prejudicial em relação ao mérito .....	309
6.4.4.2.2.	A questão pode apresentar-se como prejudicial de quaisquer questões cuja solução caracterize resolução do mérito .....	309
6.4.4.3.	Inexistência de revelia.....	310
6.4.4.4.	Questão prejudicial incidental a cujo respeito tenha havido contraditório previamente oportunizado e efetivamente exercido .....	311
6.4.4.4.1.	Contraditório prévio (= contraditório previamente oportunizado).....	312
6.4.4.4.2.	Contraditório efetivo (= contraditório efetivamente exercido) .....	313
6.4.4.4.3.	Contraditório efetivamente exercido sobre a questão não se confunde com controvérsia instaurada sobre a questão. ....	314
6.4.4.5.	Decisão da questão prejudicial incidental proferida por juízo que tenha competência absoluta para resolvê-la como questão principal.....	315
6.4.4.6.	Questão prejudicial incidental decidida em processo onde não haja restrições probatórias a ela pertinentes nem limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da sua análise.....	319
6.4.4.6.1.	Processos com restrições probatórias ....	320
6.4.4.6.2.	Processos com quaisquer restrições probatórias ou apenas com restrições probatórias que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial? .....	323
 <b>Capítulo 7</b>		
<b>CONCLUSÕES.....</b>		<b>327</b>
 <b>Capítulo 8</b>		
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>341</b>